

## **Estratégias para Mobilização dos Recursos Humanos para o Desenvolvimento Local**

*Dormi e sonhei que a vida era alegria;  
Acordei e vi que a vida era serviço;  
Acredito que serviço signifique alegria.*  
Rabindranath Tagore

Por Thais Corral

Pensar o desenvolvimento local num país complexo e assimétrico como o Brasil é sem dúvida um desafio. Em tese, a receita é bastante simples. A combinação de investimentos em infra-estrutura, promoção de boa educação e políticas públicas coerentes produzem resultados positivos. No entanto, essas condições dificilmente se dão de forma articulada. Dificilmente coincidem na prática. Na maioria dos casos, com sorte, se conta com um desses fatores. A principal questão está então em como maximizar os benefícios dos recursos investidos, sejam estes públicos ou privados.

Este artigo defende a visão de que a mobilização dos recursos humanos locais é fundamental para que se possam maximizar os benefícios das ações voltadas para o desenvolvimento local. Inúmeras experiências de norte a sul do país ilustram formas eficazes de como isso se dá. São muito diferenciadas. Por vezes acontecem espontaneamente por iniciativa das lideranças locais, por vezes são induzidas a partir da necessidade de articular o capital social como parte do processo de implantação de uma política pública.

Escolhi abordar as estratégias de desenvolvimento local a partir desses exemplos. Alguns deles fazem parte de minha experiência direta. Há 17 anos atuo no terceiro setor. O foco das organizações e projetos que coordeno se dá

justamente na capacitação de recursos humanos locais para uma atuação mais efetiva na interface com o governo na implementação de ações concretas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

As lições dessa jornada indicam que o impacto do investimento dos recursos financeiros públicos poderia ser significativamente mais eficaz se maior atenção fosse dada à valorização dos recursos humanos através de uma mobilização e capacitação coerentes com os desafios enfrentados. Nesse sentido fazemos um conjunto de recomendações práticas para consideração dos gestores das políticas de desenvolvimento local.

O artigo consta de duas partes. Na primeira, trazemos a contribuição da Agenda 21 para as novas perspectivas sobre o desenvolvimento local. Fazemos também uma abordagem da visão do modelo de parceria a partir da valorização da participação das mulheres no processo de desenvolvimento. Na segunda parte apresentamos um conjunto de exemplos que ilustram métodos para a mobilização do capital social.

### **A Agenda 21 Local lança nova estratégia para articulação dos recursos humanos no desenvolvimento local**

A visão e estratégia de participação da sociedade civil no âmbito das políticas públicas ganhou uma nova abordagem durante o processo que culminou com a realização da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). A Conferência não só estabeleceu as bases para implementação do desenvolvimento sustentável, através do seu documento de ação, a Agenda 21, como também concedeu um novo significado à dimensão local. Isso se deve em parte ao fato de que o processo de formulação da Agenda 21 foi inédito não só na história da ONU como também dos movimentos sociais organizados. Legitimou um espaço de diálogo e negociação que propiciou uma mudança na visão do papel do estado vis a vis resolução dos problemas sócio-ambientais. Concedeu aos cidadã(os), às

lideranças dos movimentos sociais, ambientais e corporativos pela responsabilidade social uma nova identidade, a de parceiros do desenvolvimento sustentável.

A noção de parceria cunhada pela Agenda 21 revolucionou o campo das políticas públicas na medida em que o governo deixou de ser considerado como o único ator responsável pela formulação, desenho e implementação dos instrumentos que traduzem o desenvolvimento na prática. Os anos que se seguiram à Rio 92 foram muito ricos em termos do aprendizado de uma nova possibilidade de articulação entre estado, sociedade e setor privado. Para os otimistas e entusiastas da Rio 92, pessoas que viam na Agenda 21 e no princípio da parceria um novo caminho para solução dos problemas, os resultados em termos concretos ficaram muito aquém do esperado. Houve, no entanto, um aprendizado muito significativo, diria mesmo que houve uma mudança de cultura. Nossa visão de cidadania, nossa visão sobre as instituições do estado e da sociedade mudaram. O caminho para solução dos problemas sócio ambientais, cada vez mais complexos, é vista muito mais a partir de uma articulação dinâmica dos recursos disponíveis do que de esquemas pré-concebidos atrelados a uma instituição específica. A iniciativa é livre, ou seja, o ator ou instituição com mais condições de articular recursos para agir sobre um determinado problema têm a primazia de iniciar o processo, e via de regra, ser reconhecida(o) como liderança. Trata-se de uma realidade muito menos orientada pela norma e mais pelo “pragmatismo idealista”, expressão que tem se consolidado no âmbito das reflexões sobre os caminhos possíveis do desenvolvimento sustentável.

O maior avanço em termos da implementação do princípio da parceria, cunhado pela Agenda 21, se deu no plano local. Não é de surpreender. Considerando os princípios da antiga visão sobre o desenvolvimento que depositava um grande peso no estado e em sua capacidade de formular e implementar políticas, a mudança dentro deste novo contexto é radical. O princípio da

parceria progrediu mais no plano local por razões bastante simples. A primeira é o contato direto dos diferentes atores com os problemas e o reconhecimento dos limites de resposta do estado ; a segunda, é a facilidade que o âmbito local propicia para o diálogo entre os diferentes atores envolvidos no processo de solução de um determinado problema. No âmbito local, as pessoas se confundem com as relações institucionais. As oportunidades para costurar entendimentos, superar eventuais conflitos e oportunizar consensos é muito maior quando as pessoas estão fisicamente próximas e seu foco de interesse é comum. Não podemos confundir esse potencial com a idealização do âmbito do local, sabe-se quão comuns são as situações que refletem visões limitadas e por vezes mesquinhas. São freqüentes os impasses, advindos do apego a tradições, esquemas políticos obsoletos e da falta de uma visão dos recursos que o desenvolvimento tecno-científico propicia para um melhor aproveitamento dos recursos.

No Brasil, o debate sobre desenvolvimento local ganhou um grande impulso depois da Rio 92. O fato da conferência ter sido realizada no Rio de Janeiro contribuiu muito para isso. Muitas prefeituras se envolveram nas discussões e na grande mobilização feita das autoridades locais, identificadas como um dos 9 setores estratégicos para implementação da Agenda 21. O capítulo 28, dos mais populares entre os 40 que compõem a Agenda, estabelece os mecanismos para implementação de um plano de desenvolvimento sustentável no âmbito do município. A vantagem na implementação desse processo em específico foi a liderança de uma organização internacional que atuou na mobilização das autoridades locais e no seguimento da implementação de recomendações específicas. O ICLEI (Conselho Internacional para Iniciativas Locais de Meio Ambiente) traduziu o capítulo 28 da Agenda 21 em um método adequado às instâncias institucionais existentes nas cidades. Institucionalizou uma nova instância administrativa, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável Local, com representação dos diversos setores organizados da cidade com capacidade e interesse de atuação na superação dos problemas locais. Até aí não há grande

novidade, já que os Fóruns são instâncias conhecidas de várias iniciativas prévias aos anos 90. A novidade introduzida pelo capítulo 28 da Agenda 21 e destrinchada pelo ICLEI foi, no entanto, a recomendação de que o Fórum da Agenda 21 Local fosse reconhecido pela legislação local, dando-lhe um caráter permanente, de modo que a nomeação dos representantes não estivesse atrelada à eleição dos representantes do legislativo e executivo municipal. Em síntese, os mecanismos institucionais que fundamentam a Agenda 21 Local estabelecem um mecanismo de gestão compartilhada entre as instituições públicas e a sociedade que fortalecem a perspectiva da continuidade das ações, o que sobretudo num país como o Brasil, pode representar um grande avanço, já que a dinâmica eleitoral e a descontinuidade das políticas é apontada com um dos principais obstáculos ao melhoramento de problemas sociais e ambientais crônicos.

Várias cidades no Brasil iniciaram a mobilização dos setores da sociedade em torno das premissas da Agenda 21 Local. Em alguns casos a iniciativa coube a algum setor/ ator da sociedade, em outros à própria autoridade local, em outros ainda a algum(a) representante eleito (a). Muitas cidades chegaram inclusive a ter seus fóruns legitimados por lei. A operacionalização de políticas específicas ficou, entretanto, limitada pelas barreiras político- institucionais e orçamentárias. O modelo da Agenda, embora represente um avanço significativo especificamente por definir um papel para a sociedade no âmbito das políticas públicas locais, tem a limitação de estar muito atrelada aos mecanismos institucionais do município. Em consequência, a implementação de ações com resultados tem sido pequena em relação à envergadura do propósito. Embora tenha o escopo de produzir uma ação sistêmica no conjunto dos setores da gestão municipal, a Agenda Local na grande maioria dos casos fica atrelada à área do meio ambiente, reduzindo assim o seu impacto..

Merece destaque o fato de que a Agenda 21 Local teve em inúmeros casos o mérito de dar visibilidade ao capital social existente ou seja aos recursos da

sociedade que se expressam através de organizações e articulações espontâneas na forma de associações e movimentos. Contribuiu ao longo da última década para a expansão da cultura da parceria no Brasil, tanto no plano local, quanto regional e federal. Os efeitos são visíveis. Fazem-se ver nas novas arquiteturas de políticas públicas baseadas na lógica da parceria com as organizações da sociedade. Refletem-se ainda na instituição do marco legal para o terceiro setor que criou a OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que dá legitimidade e credibilidade a esse novo tipo de organização da sociedade que tem surgido. Surgiram formas de apreciação do mérito do impacto dessas iniciativas, atribuindo-lhes o valor de “tecnologia social”.

As análises feitas sobre os processos da Agenda Local mostram que o interesse das pessoas em envolver-se na solução dos seus próprios problemas é fundamental para que quaisquer outros recursos disponíveis possam ser bem aproveitados.

A Agenda 21 Local oferece sem dúvida um marco para a mobilização dos “parceiros do desenvolvimento sustentável” . Nosso trabalho desde 1992 tem sido focado sobre a mobilização e capacitação das lideranças femininas. Compartilho a seguir algumas dos exemplos, lições aprendidas nesse processo

[www.iclei.org.br](http://www.iclei.org.br)

[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

### **As Mulheres como Agentes Multiplicadoras das Políticas Públicas**

A renomada historiadora austríaca Riane Eisler, autora do famoso livro, “O Cálice e a Espada”, costuma dizer que o segredo para o desenvolvimento está em implementar políticas que elevem o status das mulheres, “quando o status das mulheres se eleva, toda a sociedade se beneficia” . Essa afirmação é baseada nos estudos históricos que Riane realizou. Nessa imersão no passado,

descobriu a sofisticada civilização minoica que existiu entre os anos 2800 e 1150 antes de Cristo na ilha de Creta, na Grécia antiga. Foi lá que se inspirou para estabelecer duas categorias de análise que balizam o seu trabalho contemporâneo como pesquisadora e teórica de novos modelos para sociedades sustentáveis. O “Modelo da Parceria” tem como princípio base a equidade de direitos e oportunidade entre mulheres e homens. O respeito às diferenças é cultivado como um valor fundamental. Sejam essas diferenças de sexo, raça, etnia, habilidades profissionais, setores de atuação, formas em como a natureza se expressa – forma animal, vegetal, humana.

Nas sociedades inspiradas pelos princípios da parceria, características femininas, que diga-se de passagem, são também cultivadas por muitos homens, tais como o cuidado, a empatia, a disponibilidade para o consenso e a ação coletiva influenciam/ contaminam toda a vida social. Em contraposição, no modelo de dominação, o cuidado com aqueles que não são membros da família, assim como o cuidado com o meio ambiente não são prioridades. A esse propósito, o Centro de Estudos sobre a Parceria, localizado na Califórnia e dirigido por Riane Eisler, realizou em 1995 um estudo comparativo em 89 nações, mostrando que o nível de qualidade de vida de cada um desses países está associado não só a distribuição da riqueza como também ao sistema de valores que orientam a sociedade, mais propenso ao modelo da parceria do que da dominação. O status das mulheres representa um indicador que tem força sistêmica. Quando mensurados, equidade de gênero em correlação com o PIB, encontra-se que o status da mulher tem mais força do que o PIB em prever o nível de qualidade de vida de determinada sociedade. O Kuwait e a França, por exemplo, possuem níveis de renda per capita e PIB equivalentes. A França, uma democracia onde o status das mulheres é superior ao do Kuwait, a mortalidade infantil é de 8 crianças por mil nascidos vivos, enquanto na monarquia centralizada do Kuwait, esta equivale a 19 por mil nascidos vivos, ou seja, mais que o dobro. O PIB da Finlândia e de Cingapura também se equivalem, no entanto, na Cingapura, uma ditadura onde o status das mulheres é mais baixo, a mortalidade materna é duas vezes superior a da Finlândia, uma

sociedade democrática, onde as mulheres conquistaram muitas vitórias.

Processo semelhante ocorreu em outros países da Escandinávia, tida como modelo para o mundo em termos de qualidade de vida. Apresentamos aqui os resultados dessas pesquisas, pois são evidentes as implicações para o desenvolvimento local.

No Brasil, desde da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, contamos com várias políticas públicas que tem as mulheres como beneficiárias, especialmente na área da saúde, de combate à violência e de educação. Menos comum é encontrar políticas públicas que tenham como foco outros setores mas que recorram às mulheres como agentes das ações. Um caso bem sucedido de mobilização das mulheres como um “recurso” para combate à evasão escolar foi a política da “bolsa escola”, hoje traduzida na “bolsa família”. Lançada originalmente pelo governo do Distrito Federal em 1996, a bolsa escola atrela o pagamento de um pequeno benefício, a “bolsa”, por criança mantida na escola. Esse recurso é concedido diretamente para a mãe. O que fez toda a diferença. Vários estudos de avaliação do impacto do programa, premiado internacionalmente, indicam que um dos elementos fundamentais da política pública foi justamente ter canalizado esses recursos para as mulheres, as mães de família, que em grande parte dos casos são de fato as chefes de família. Quando os recursos são concedidos à mulher todos os membros e da comunidade são beneficiados. Nos municípios mais pobres, o bolsa escola, afeta positivamente o comércio local, em função de ter aumentado a compra de alimentos, vestimenta e outros artigos de primeira necessidade.

Há muitos outros exemplos, como o de programas de micro-crédito, mundialmente conhecidos como o Grameen Bank do Bangladesh. Esse Banco Popular utiliza mecanismos de responsabilidade coletiva para assegurar o pagamento dos empréstimos feitos. As mulheres se adaptam com mais facilidade a essas regras e terminam por ser a maior parte das tomadoras. As cooperativas de reciclagem de lixo que revolucionaram os lixões da cidade Porto Alegre também atestam que é as mulheres tem mais facilidade de

adaptar-se a um mecanismo de geração de renda cooperativo, mesmo que isso implique, em algumas circunstâncias, na redução de ganhos.

[www.patnershipway.com.br](http://www.patnershipway.com.br)

## **O Radio como Instrumento de Mobilização dos Recursos Humanos**

Campestre é uma cidade de 10 mil habitantes situada no interior do estado de Alagoas. É afetada pelas dificuldades características de grande parte dos pequenos municípios brasileiros: infra-estrutura urbana precária, falta de oportunidades de trabalho, recursos para educação limitados. Para que se tenha uma idéia, leva-se duas horas de viagem para percorrer os 80 km que separam Maceió de Campestre. A estrada é esburacada, com trechos sem asfalto que exigem que o percurso seja feito em velocidade baixa.

Quem visita Campestre tem, no entanto, uma sensação diferente. A população dessa pequena cidade que teria tudo para ser uma espécie de Macondo, abandonada a cem anos de solidão, é vibrante. Isso pode ser sentido ao percorrer a rua central da cidade, ao conversar com as pessoas e sobretudo ao visitar a Radio Campestre FM, iniciativa de um professor de história de primeiro grau, Buarque e de sua mulher, Bethânia. “Havia muita apatia nas pessoas aqui, não existia um ponto de encontro comunitário, nenhuma possibilidade de diversão”, conta Buarque, “foi por isso que pensamos em usar o rádio”. A partir dessa investida, a rádio deu vida nova a cidade, envolvendo as pessoas em gincanas, em mutirões comunitários, em programas culturais que dão visibilidade às produções dos artistas locais.” A rádio Campestre vem atraindo atenção de novos atores interessados em investir na cidade e no capital social criado em torno da emissora de rádio.

Em 2002, a Rádio Campestre FM, através de uma de suas principais empreendedoras, Bethânia, foi selecionada no concurso lançado pela ONG, CEMINA (Comunicação, Educação, Informação em Gênero) para fazer parte de

uma estratégia de inclusão digital. As cyberelas (cinderelas do cyber), nome dado às vencedoras do concurso, receberam computador e programas para edição radiofônica e capacitação para usá-los.

A visibilidade desse processo atraiu outras parcerias que se desdobraram na implementação inicial do CEMINA de instalação de um centro comunitário de acesso à internet, ou telecentro. Se o rádio já mobilizava os habitantes de Campestre, o telecentro passou a ser a principal referência física da cidade, “mais importante que a própria prefeitura”, diz Bethânia. Lá realizam-se reuniões comunitárias, assinam-se convênios, rodam-se as folhas de pagamento da prefeitura, retiram-se documentos pela internet. Além disso, há o horário para uso das escolas, o que permite aos jovens ter acesso aos recursos da internet para trabalhos escolares e uma profissionalização adicional no aprendizado dos cursos de informática.

O exemplo de Campestre ilustra como é possível estimular processos de mudança social a partir de iniciativas que emergem e são geridas pelas próprias comunidades. As rádios comunitárias em muitos casos funcionam como catalisadoras de processos criativos de desenvolvimento. Mesmo onde falta infra-estrutura, educação de qualidade e políticas públicas, ainda assim é possível fazer deslanchar processos positivos que acabam por atrair outros recursos. Campestre dispõe, no entanto, de um recurso que se torna a cada dia mais importante para quem olha este país sob o prisma da riqueza de sua população. Pessoas que farejam a janela da oportunidade, apostam na sua capacidade e de seus parceiros de reinventar a própria realidade.

[www.campestrefm.com.br](http://www.campestrefm.com.br)

[www.cemina.org.br](http://www.cemina.org.br)

www. Radiofalamulher.org.Br

## **A Metodologia da Pastoral da Criança de Mobilização do Voluntariado**

Outro exemplo de ação social com força de política pública é o trabalho da Pastoral da Criança. A iniciativa foi articulada pela Igreja Católica Brasileira e

pelo UNICEF em 1982. Sua finalidade, a erradicação da mortalidade infantil que caiu muito nos últimos anos embora ainda seja alta. De cada mil crianças nascidas vivas, 27 morrem. Nos mais de 20 anos de atuação, a Pastoral da Criança tem conseguido resultados muito positivos. Nos municípios onde atua a mortalidade é 60% menor do que a média nacional. Vale ainda ressaltar que o cálculo dessa média nacional engloba crianças ricas e pobres, enquanto que no caso da pastoral a ação está concentrada nos bolsões de pobreza e miséria. Um fato notável é que noventa por cento das participantes do programa são mulheres voluntárias que vivem nessas comunidades pobres. Inicialmente, elas se envolvem nas ações da Pastoral para melhorar as condições de saúde de suas famílias e da comunidade em que vivem. O gasto mensal por criança é de apenas R\$1,34, o que é um indicador incontestável da eficiência e eficácia do programa. O segredo está no método utilizado para a mobilização de recursos humanos.

Três qualidades fundamentam esse processo que vem gerando resultados tão positivos que a coordenadora, Dra. Zilda Arns, já foi sugerida como candidata ao Prêmio Nobel da Paz. São eles: a valorização do trabalho das voluntárias através de treinamento e acompanhamento de um trabalho de rotina estruturado; o mecanismo de contato permanente com a população beneficiária da ação; a sistematização de um método de trabalho simples, compreensível em processo permanente de ajuste.

Há uma série de mecanismos simples, fáceis de seguir que organizam e facilitam o trabalho, tais como a Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade – FABS. As FABS ajudam as agentes voluntárias a VER o que está acontecendo, olhando melhor a situação de todas as famílias acompanhadas; JULGAR, pensando e estudando sobre as situações, com a ajuda do Guia do Líder e de outros materiais educativos, para planejar o que pode ser feito; recebem orientação para AGIR, junto às famílias, para melhorar a vida no lugar onde moram;

AVALIAR o trabalho realizado no mês que passou e a CELEBRAR cada pequeno passo alcançado.

É importante notar que todo o desenho do programa está permeado de ações que fortalecem o aprendizado e a apreciação pelos resultados alcançados. No Dia do Peso, a comunidade aprende, conversa, tira dúvidas, celebra os bons resultados conjuntamente. Nas reuniões mensais, as agentes têm um espaço para falar das dificuldades e conseguir o apoio necessário. Tudo isso é fundamental para manter viva a motivação e o vigor de continuidade da comunidade mobilizada para essa ação em benefício próprio. Esse acompanhamento permanente é fundamental para o superamento das dificuldades.

Há também a preocupação de trabalhar ações complementares com vistas a responder às necessidades das famílias e das comunidades atendidas. Esse é, aliás, um ponto fundamental, por se tratarem de famílias de baixo poder aquisitivo, que na maior parte dos casos enfrentam problemas de saúde, deficiência alimentar, violência doméstica entre outras dificuldades.

A Pastoral da Saúde mostra que a obtenção de resultados no enfrentamento de graves problemas sociais depende menos de recursos financeiros e mais da estratégia com que são mobilizados, alimentados e valorizados ao longo do processo.

[www.pastoraldacrianca.org.br](http://www.pastoraldacrianca.org.br)

### **Mobilizando Recursos para o Controle Social das Políticas Públicas**

Muito se fala no Brasil sobre a importância do controle social das políticas públicas. Sem dúvida há muitos exemplos que mostram que isso funciona, sobretudo quando há uma ação articulada com os executores de uma determinada política. A forma mais comum de controle social é o da pressão que se manifesta através de denúncias que tem como objetivo corrigir o rumo de uma determinada ação no campo social ou ambiental. Muitas vezes essas ações

tem resultado, outras não. São sempre válidas pois no pior dos casos representam um exercício e aprendizado de cidadania. O mais efetivo, no entanto, é se o controle social puder estar presente no desenho da própria política pública, como foi o do caso que relato abaixo.

Em 1998, o Ministério da Saúde lançou uma política pública de saúde da mulher significativa em volume de recursos financeiros. O Programa Nacional de Combate ao Câncer do Colo Uterino resultou da pressão da sociedade, do parlamento e das muitas organizações que compõem o movimento de mulheres. Quatro milhões de mulheres brasileiras com idades entre 36 e 54 anos, consideradas de risco para incidência de câncer, nunca haviam feito o exame cêrvico uterino. As muitas pressões levaram o Ministério da Saúde a lançar uma grande campanha com objetivo de obter resultados em tempo recorde. A meta era em seis meses realizar exames nos 4 milhões de mulheres em provável situação de risco e tratá-las depois quando algum tipo de patologia fosse encontrada. À época 50 milhões de reais foram instanciados para fazer frente à implementação das ações em nível nacional que envolveram todo o sistema de saúde em suas instâncias de coordenação federal, estadual e municipal. A campanha foi sem sombra de dúvida corajosa, e até imprudente para alguns, pois sabia-se de antemão das enormes dificuldades que seriam encontradas, a começar pela tentativa de fazer uma coordenação centralizada de monitoramento da execução e também de aferimento das informações visando coordenar o tratamento das mulheres quando detectada necessidade.

Como é de se imaginar um sem número de dificuldades vieram a tona. Houve desde de desvio dos kits exame distribuídos para os municípios, até falsificação de dados. Houve dificuldade de atrair as mulheres para fazer o exame, a mesma dificuldade foi encontrada em muitos casos para tratá-las. Curiosamente uma das regiões onde a campanha teve maior impacto foram as localidades remotas sobretudo do nordeste e da Amazônia uma vez que foi necessário improvisar estruturas especiais para atender as mulheres pobres dessas regiões. Em

alguns lugares, até o exército brasileiro foi envolvido com a finalidade de providenciar a infra-estrutura para que os exames fossem realizados.

Como estratégia de mobilização da população utilizou-se uma grande campanha de mídia com massivos anúncios na televisão, outdoors, anúncios de rádio. Foi instalada uma linha 0800 aberta a todo o Brasil com a finalidade de responder a perguntas e dúvidas sobre a campanha e recolher denúncias sobre abusos e dificuldades no funcionamento. No entanto, a estratégia de mídia adotada deixou de levar em conta muitos dos aspectos culturais, oriundos da discriminação de gênero e raça que impedem a utilização efetiva em muitas ações públicas dessa envergadura.

Em vista disso, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher sugeriu que organizações da sociedade civil com trabalho consistente na área da saúde da mulher participassem do processo da campanha, estabelecendo um mecanismo de mobilização de lideranças do movimento de mulheres na disseminação e controle social dos serviços prestados.

O sucesso de grande parte das ações das mulheres sempre foi fomentar a articulação do trabalho em rede. E essa foi a essência do desenho da estratégia de apoio ao programa. O primeiro passo foi mobilizar uma rede de mulheres comprometidas com a questão feminina em todo Brasil. O segundo, foi equipá-las com instrumentos capazes de trabalhar a informação e a motivação para participar da campanha. O terceiro, foi criar um canal de interlocução com as mulheres, isso foi feito através do rádio, mais especificamente da Rede de Mulheres no Rádio, que permite uma comunicação direta sem intermediações. Num curto espaço de tempo a estratégia deu muitos resultados. Um grande contingente de mulheres em todo o Brasil se envolveu na campanha, para esclarecer dúvidas, denunciar abusos, requerer serviços. Tudo isso deu nova vida ao processo que poderia ter fracassado sem essa participação que num primeiro momento não havia sido contemplada como necessário.

## **Mobilizando Recursos Humanos para Combater a Seca no Semi-Arido**

Entre todas das regiões brasileiras, o Nordeste é sem dúvida a região que mais tem absorvido atenção e recursos para combater a pobreza. Os resultados ficam sempre muito aquém do prometido. No seminário Nacional sobre o Uso de Energias Renováveis e Tecnologias Adequadas ao Desenvolvimento de Comunidades Remotas do Semi-Árido, realizado em agosto de 2005 em Maceió, Alagoas, como parte do conjunto de consultas organizadas pelo Projeto Nacional de Apoio à Política de Desenvolvimento Local, ficou claro que as dificuldades têm muito mais a ver com o conteúdo e o processo de operacionalização das políticas do que qualquer outra coisa. Em primeiro lugar, a desarticulação das políticas públicas com as lideranças locais capazes de otimizar os benefícios desses recursos é muito grande. Sabe-se que entre os agentes públicos e a população beneficiária é precária. A falta de entendimento é decorrente também de uma maneira equivocada de ver o papel do estado, trata-se em geral de uma mentalidade burocrática, pouco dinâmica e muito pouco criativa. O resultado é que o dinheiro é gasto e no final das contas o benefício é pequeno. Como mudar?

No seminário acima citado que contou com a participação de um grupo significativo dos atores que atuam no semi-árido colheram-se várias experiências que apontam possibilidades interessantes. O envolvimento da população beneficiária é fundamental. Seria essa a regra de ouro, pois sem isso as possibilidades de eficácia na ação são pequenas. Muitas organizações da sociedade vem trabalhando nessa direção.

Desde de 2001, a Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) em parceria com a sub-secretaria de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, a Fundação de Joaquim Nabuco e a ONG AGENDHA vem trabalhando com a metodologia de formação de lideranças femininas de comunidades do semi-árido. A finalidade é capacitá-las para atuarem como mediadoras da comunicação entre os executores das políticas e a população local. Essa metodologia de formação de “Agentes da Cidadania das Águas” já foi aplicada em três diferentes

ocasiões. A primeira experiência foi junto ao Programa, Pernambuco na Luta contra a Desertificação desenhado para implementar quatro ações voltadas a coibir o impacto da desertificação: construção de cisternas para uso de um conjunto de casas, construção de fossas sépticas para assegurar a higiene das residências, uma atividade de geração de renda – criação de galinhas ou apicultura – e capacitação. Essa capacitação foi acertadamente pensada para equipar as Agentes de Cidadania das Águas locais para apropriar-se das ações da política, entender o seu funcionamento e as oportunidades que oferecem. As agentes passaram a acompanhar todo o processo de implementação e monitoramento da política, esclarecendo dúvidas da população, mediando conflitos e ajudando a população a visualizar os benefícios decorrentes da política.

Numa outra experiência trabalhamos a formação de Agentes da Cidadania das Águas no contexto do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) que tem como missão descentralizar o acesso ao crédito para o(a) pequeno (a) agricultor (a) . Trata-se de um conhecimento muito novo para essas pessoas, sobretudo quando são mulheres, em muitos casos responsáveis pela família e pelos cultivos. Faz-se necessário todo um trabalho de mediação.pois por razões culturais e de discriminação essas agricultoras ainda precisam de confiança para ter a firmeza e enfrentar a burocracia.

A mais recente experiência consiste na capacitação das agentes para atuarem na promoção de tecnologias de bombeamento da água escassa utilizando a energia solar que é abundante no nordeste. Neste caso, foi muito interessante pois trata-se de um trabalho pioneiro que ainda precisa se transformar numa política pública. As agentes funcionam mais como promotoras da idéia.

Há um campo interessante a ser explorado na consolidação do papel que podem ter essas lideranças locais em prol do desenvolvimento sustentável no semi-árido. No seminário de consulta do Projeto Nacional de Apoio às Políticas de Desenvolvimento Local propôs-se que as Agentes da Cidadania das Águas sejam reconhecidas oficialmente nas políticas públicas, à exemplo do que já acontece com as agentes de saúde.

[www.redeh.org.br](http://www.redeh.org.br)

[www.agendha.org.br](http://www.agendha.org.br)

[www.desenvolvimento.local.org.br](http://www.desenvolvimento.local.org.br)

### **Considerações Finais**

No Brasil é crescente o interesse tanto por parte do governo quanto da sociedade civil de partilhar responsabilidades na superação de dificuldades com vistas a obtenção de maior impacto dos recursos investidos nas políticas públicas no campo sócio-ambiental. Para consolidar esse processo que aponta possibilidades muito positivas cabe ao governo: 1) valorizar atores/ segmentos da população que pelo lugar que ocupam no tecido social estão em posição de multiplicar os benefícios de determinadas políticas; 2) incentivar o uso de veículos que indiquem formas efetivas de educação e mobilização das pessoas para uma participação mais consistente na solução de seus problemas e construção de novas alternativas de desenvolvimento; 3) colaboração na sistematização de práticas consistentes validando-se enquanto “tecnologias sociais”, explicitando os passos do método e a capacidade de obter resultados no curto e no longo prazo; 4) fortalecer métodos de participação e controle social que permitam a difusão e monitoramento de políticas públicas, sobretudo no âmbito local.

Thais Corral é coordenadora geral das organizações Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) e CEMINA. / Presidente do Conselho Diretor da ABDL e Membro do Conselho do LEAD Internacional